



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(ORDEM PRATRIARCAL DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO)

**Os impactos da socialização colonial-patriarcal na formação
educativa das mulheres brasileiras**

Ana Beatriz Alves de Sousa¹
Emanuelly Barbalho da Silva²
Muriel Luvison Nunes da Silva³
Patrícia Fernandes Paula-Shinobu⁴
Victoria Zaupa Montini⁵

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico de socialização das mulheres na sociedade brasileira a partir da indissociabilidade de raça, classe e gênero e os seus impactos na construção educacional-formativa das mulheres. Assim, parte-se da compreensão de que, na sociedade brasileira, a educação das mulheres, ao longo dos tempos, tem se dado a partir da ordem colonial-patriarcal-capitalista. Para a base das discussões utilizou-se centralmente Saffioti (1969); Davis (2016) e Federici (2017). A metodologia utilizada refere-se a uma pesquisa qualitativa baseada em Ludke e André (1986), o percurso traçado foi de análise documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Relações de gênero; Interação social; Educação; Resistências.

Abstract: The aim of this article is to analyze the historical process of women's socialization in Brazilian society from the inseparability of race, class and gender and their impacts on the educational-training construction of women. For this analysis, we start from the understanding that, in Brazilian society, the education of women, over time, has taken place from the colonial-patriarchal-capitalist order, for the basis of the discussions centrally used Saffioti (1969); Davis (2016) and Federici (2017). The methodology used refers to a qualitative research based on Ludké and André (1986), the path traced was documentary and bibliographic analysis).

Keywords: Gender Relations; Social interaction; Education; Resistances.

¹ Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, ana.beatriz.alves@uel.br

² Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina, emanuely.bsilva@uel.br

³ Mestre em educação, graduada em Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, muriel.luvison@uel.br

⁴ Professora Doutora Associada do Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, pfpaula@uel.br

⁵ Graduada em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, victoria.zaupa@uel.br.



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco discutir sobre o processo histórico de socialização das mulheres na sociedade brasileira a partir da indissociabilidade de raça, classe e gênero e os impactos educacionais ocorridos a partir desta socialização. Para esta análise, parte-se da compreensão de que as mulheres em toda sua história tiveram suas vidas organizadas a partir de um sistema racista e patriarcal e que muitos dos avanços obtidos no decorrer da história foram frutos de suas próprias lutas, resistências e organizações.

Trata-se de estudo que tem como problemática de investigação os seguintes questionamentos: o acesso a direitos a todas e todos os brasileiros e brasileiras, se deu da mesma maneira? Porque, ainda em um sistema democrático, as desigualdades econômicas, raciais e de gênero são gritantes na sociedade brasileira? Será a educação nos moldes vigentes há saída para uma sociedade justa? O objetivo do trabalho é analisar sobre o processo de socialização das mulheres na sociedade brasileira a partir da indissociabilidade de raça, classe e gênero, os impactos gerados na construção educacional-formativa das mulheres brasileiras.

A metodologia utilizada para o presente trabalho situa-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em Ludke e André (1986) que discutem a importância de estudos qualitativos no campo da educação. Em termos de procedimentos metodológicos, as autoras citadas destacam a relevância de estudos documentais e bibliográficos nesse campo, bem como produzir uma análise relativa ao processo de construção social da mulher no Brasil nos diferentes tempos históricos, tendo em vista que o processo de transformação econômica, social e política na sociedade brasileira a partir do século XX apresenta mudanças determinantes na vida das mulheres, tanto para as mulheres que se situam no espaço público, quanto as mulheres que permanecem nos espaço privado.

As mulheres no período colonial (1492-1822)

Existe uma ideia que as mulheres historicamente lutaram e lutam pelo rompimento das organizações coloniais e do patriarcado Brasil e no mundo, sendo que define-se o ser mulher a partir da narrativa dos sujeitos dominantes, colonizadores, imperialistas. Quando se reflete na ordem do trabalho, as mulheres negras, no período colonial sempre estiveram inseridas no campo do trabalho fora de casa. No caso das mulheres que pertenciam à elite colonial, na sua esmagadora maioria, mulheres brancas segundo Konkel, Cardoso e Hoff



(2005, p. 9) “À mulher cabia cuidar da casa, dos filhos e dar ordem às escravas, enquanto o homem desfrutava de seu convívio social”, a partir disso tem-se que as mulheres da elite colonial, eram educadas para serem boas mães e cuidadoras do lar. Visto isso, nota-se a falsa ilusão de que as mulheres lutavam apenas por emancipação e a ressignificação da socialização do gênero em torno da feminilidade, visto que as discussões de gênero, ainda parte de um princípio eurocêntrico e de narrativa da figura dominante.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016, p.25).

Partindo de um contexto da totalidade percebe-se que ações praticadas contra as mulheres como violência, estupro, abusos, perda da subjetividade, e relativas a formação familiar, é um reflexo real no período colonial, sendo essas, exemplos de inúmeras violências que vinham ocorrendo, como modo de promover a desigualdade racial e dar manutenção ao pensamento eurocentrado de poder.

No século XIX a maternidade era vista como uma condição de orgulho pelas mulheres da elite colonial e nessa conjuntura do sistema escravocrata as mulheres negras tiveram que se articular para resistir a retirada cruel de seus filhos e ao processo desumanizador presente na escravidão. De acordo com Davis (2016, p. 26) “Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe.

O que se atenta nesse período é que a feminilidade chega como um subproduto da industrialização, tendo em vista a saída das mulheres da elite colonial do mundo do trabalho, pois não serviam mais como uma ferramenta de produção. Davis (2016) traz uma questão importante da experiência norte americana em relação a comportamentos e práticas econômicas e sociais que se aproximam do sistema escravista brasileiro em relação às mulheres:

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. (DAVIS, 2016, p.24)



A ordem no Brasil não ocorria de modo diferente, até mesmo, porque existe uma romantização da miscigenação no Brasil, disfarçada de amores proibidos e grandes paixões. Ribeiro (2016) desconstrói essa narrativa contada na ótica farsante da boa figura do colonizador. Visto isso, percebe-se que:

No Brasil, as mulheres negras tiveram a mesma experiência. Importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras. Essa tentativa de romantização da miscigenação serve para escamotear a violência. (RIBEIRO, 2016, s/p)

Dessa maneira, apresenta com as transições dos regimes escravagista, império até a República, tem transformações determinantes nos formatos familiares a partir da socialização das mulheres e na construção da ideia de raça, determinando o que é ideal para cada contexto, principalmente para a organização econômica e política. Foi necessário pensar na mulher e seus comportamentos, desejos, anseios de modo que seja produtivo para a economia. Além de fortalecer o domínio por meio da violência e tortura carregando nas transformações históricas as lógicas opressoras e dominadoras. Conforme Konkel, Cardoso e Hoff (2005) apresentam os papéis ideais da mulher durante o contexto colonial e imperial. Conforme posto, é viável afirmar:

Ao realizar uma descrição ampla das condições sociais da mulher na Colônia, era necessário buscar as condições de submissão e violência sofridas pela mulher, no Império e, também, a resistência à imposição masculina (KONKEL; CARDOSO; HOFF, 2005, p.44)

O formato familiar e também a religião, a própria educação da população brasileira, foi influenciada pelos jesuítas e pelo catolicismo no Brasil. Analisando o período no Brasil colonial de acordo com Konkel, Cardoso e Hoff (2005, p. 38) apresenta-se que “O ideal de boa esposa e boa mãe – aquela que mantém o lar, dele cuida e, nele, educar seus filhos era cultivado pelo cristianismo, seguindo o costume romano”. No entanto, com a consolidação da submissão das mulheres, seja em qual posição ocupava, estava sujeita a diversas restrições, para o seu comportamento, segundo Konkel, Cardoso e Hoff (2005, p. 40) “[...] mas o seu comportamento variava de acordo com a posição ocupada na sociedade colonial”. A submissão aumenta de acordo com a hierarquia, a quem e a quantos se submete, ao marido, ao colono, ao senhor, à igreja.



A análise em relação à educação é um bom modo de condicionar os sujeitos, de maneira que ocorra na subjetividade e as próprias mulheres submetidas acreditarem que a forma imposta é a forma ideal, nesse sentido, Konkkel, Cardoso e Hoff (2005, p. 43) afirmam que: “A submissão sem contestação acontecia em virtude da ignorância, a imaturidade [...]”, isso era fortemente posto, como se comportar no mundo público, no privado, na criação dos filhos, nas tarefas de cuidado, na divisão do trabalho doméstico e nas fazendas. Com isso, é possível afirmar que no período da colonização, os colonizadores vieram acompanhados por representantes da igreja, cujo objetivo era o de “regrar a sociedade” e em relação à mulher da elite o ensino era direcionado a uma conduta social em conformidade a costumes já consolidados como:

[...] o confinamento caseiro e as normas de comportamento em público – como deveriam se dirigir aos homens, vestir-se e andar e até para onde olhar. Essa parte da educação não formal cabia ao clero ensinar. A essas mulheres cabiam as tarefas de controle da divisão familiar do trabalho doméstico, já o trabalho produtivo nas fazendas e a prestação de serviços nas cidades cabiam à direção masculina. (KONKEL; CARDOSO; HOFF, 2005, p.42)

Dessa forma, é de suma importância que a socialização das mulheres da elite colonial, em relação às mulheres africanas em diáspora, as indígenas, imigrantes, era de submissão na ótica da casa grande, internamente nas comunidades escravizada, a divisão sexual do trabalho e tarefas domésticas não eram vistas como subalternidade. Essa lógica de elencar o trabalho socialmente visto, parte da educação e uma invenção colonizadora e eurocêntrica.

Mulheres no Brasil no período Imperial (1822 - 1889)

Neste período em estudo, observa-se a transformação do papel social das mulheres no Brasil imperial com base na construção educacional e social. Diante disso, um ponto necessário para entender os comportamentos e práticas das mulheres na atualidade, são as influências da igreja e da religião cristã durante o período imperial, que ofertou um ensino para as mulheres nos moldes patriarcais, fomentada na ideia de submissão e a reserva do corpo e mente. Conforme os estudos de Saffioti (2013) quando os jesuítas atuavam no campo educacional no Brasil, eles não apresentaram a educação como um instrumento de libertação, mas instruiu as mulheres a serem subordinadas aos seus pais e maridos e da mesma forma a se comportarem como fiéis religiosas.



Nesse sentido, muito do que se compreende por educação e comportamentos ideais, parte também da influência eurocêntrica. É possível perceber os resquícios pós-colonial que se sustentam no decorrer dos regimes, justamente pela própria superestrutura se reorganizar e, assim, manter-se na condição de poder, principalmente na racialização dos povos, sob ótica europeia. Faz-se necessário ampliar a lógica de apropriação no Brasil, nos aspectos físicos, morais e psíquicos, limita-se somente a lógica de colonização do território, colonizaram as concepções de beleza, de afeto, de linguagem e epistemologia. Com isso, é de extrema necessidade situar, que a constituição da instrução educacional das mulheres no período imperial, ocorre de forma indissociável.

Outro ponto importante em relação à desigualdade sexual, é que a presença da figura masculina nos espaços públicos e de decisões eram maiores do que a figura da mulher. No período imperial, é evidente as posturas em espaços de socialização, que timidez e pouca fala faziam parte da postura ideal de boa esposa, fazendo com que na formação da personalidade feminina, na perspectiva de Saffioti (2013, p. 267): “[...] fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural”, sem muita integração, não se sentiam pertencentes a vida social.

Somente em 1827 inicia-se uma ideia de proporcionar educação para as mulheres pertencentes a elite brasileira, a partir da Constituição de 1823, que vigorou só em 1827 com o primeiro direito da mulher a instrução, mas que ainda assim, fomentava a divisão sexual na educação, segundo Saffioti (2013) eram isentas a aprender geometria e aritmética, além de acessarem a educação de modo limitado precisavam mostrar-se dignas para aquele espaço, baseando-se no bom desenvolvimento das atividades maternas e pensar na educação das mulheres, é pensar em como iriam instruí-las. No espaço masculino já ocorria de forma precária, mesmo tendo uma atenção maior por parte do Império. Saffioti (2013, p. 275) “Se os próprios homens, aos quais o acesso à instrução era muita mais fácil, se revelavam incapazes de ministrar o ensino de primeiras letras, lastimável era o nível de ensino nas escolas femininas”

A mulher no período Imperial apresenta-se como ideal o sujeito doméstico, tendo em vista que a intencionalidade era educá-las para preservar a moral tradicional e o casamento heteronormativo, por isso a necessidade de destacar-se que a formação das mulheres à época não tinha o viés da profissionalização e seu desenvolvimento intelectual.

No referido período, tem-se o foco econômico como outro ponto importante no processo educador das mulheres, a intenção central nunca foi profissionalizar ou equiparar as mulheres nas mesmas condições que os homens, mas moldar as mulheres na lógica



cristão-católica-capitalista. Saffioti (2013) expõe que o princípio da segregação sexual, era justamente para formar uma mulher submissa e limitá-las às atividades culturais e sociais.

Identifica-se no percurso educativo, mesmo tratando do processo de socialização das mulheres, as práticas de violência, de negação de direitos e do acesso à educação para as mulheres da corte, das mulheres africanas em, das mulheres indígenas os aspectos centrais estavam em dar uma “utilidade produtiva” para as mulheres.

Destaca-se uma obra importantíssima para a história da educação das mulheres no Brasil, trata-se da Maria Firmina dos Reis primeiro romance publicado por uma mulher no Brasil, o livro denominado Úrsula de 1860, criticava a escravidão e buscava a humanização da população negra. Romancista e professora, sua vida e trajetória são fundamentais para compreendermos o contexto da educação brasileira, pois, na narrativa hegemônica da história das mulheres, o ponto de partida de ações revolucionárias, só ocorreram quando foram protagonizados pelas mulheres brancas, pertencentes à elite.

É necessário reafirmar o quanto as mulheres africanas em diáspora são e foram protagonistas da luta antirracista e antissexista. É um tanto quanto irresponsável epistemologicamente não ressaltar a centralidade dos povos africanos. Pontua-se o papel das mulheres na construção e na resistência da história da educação brasileira. É primordial situar, pois houve um intenso movimento epistêmico e genocida realizado por espanhóis, ingleses e portugueses, posteriormente o norte global. Em uma incansável busca pela hegemonia econômica e epistêmica.

Por fim, encerra-se o período imperial no que respeita o processo formativo da mulher, que somente em 1881 evidencia-se a primeira matrícula da mulher no Ensino Superior e que, no final desse Regime, apresentaram-se ideias que apareceram para confrontar a ótica conservadora da educação católica. Pensamento que, em diante se transforma, mas, que ainda assim, carrega normativas racistas-patriarcais.

Brasil Republicano e a formação da mulher: os primeiros ensaios educacionais

O objetivo desta seção visa compreender o processo educativo no Brasil e seus impactos na formação da mulher durante o período republicano. No período republicano; aponta-se mudanças importantes no contexto da laicidade do Estado brasileiro, mas que, mesmo assim, dá continuidade a imposições sociais direcionadas a prática social da mulher, para Saffioti (2013) um fato relevante no Brasil pós-império, é a criação da Constituição da



República, no qual apresenta o seu caráter “laico” no ensino, que durante o período imperial, era organizado exclusivamente, pela Igreja Católica.

Partindo da laicidade proposta, depara-se com a criação de dois modelos educacionais: o sistema primário, normal e técnico profissional, esse sistema, voltado para a classe trabalhadora e o sistema secundário e superior, voltado para as elites. Com isso, é necessário refletir que as divisões sexuais já estavam pré-determinadas desde o período colonial e isso torna o acesso a um espaço histórico-estrutural direcionado aos homens e as elites. Pensar que as mulheres pertencentes às elites durante o período Brasil Imperial já estavam sendo educadas para serem boas mães e donas de casa e ao acesso mínimo ao letramento, enquanto as mulheres em diáspora, encontravam-se no caminho de (re) existir o direito de ser um sujeito livre, pós-abolição, que em suma, ainda necessitavam trabalhar e servir os herdeiros de colonizadores em moldes parecidos ou até idênticos da ordem escravocrata

Uma vez que a proposta vigente é analisar o processo socializador e educativo das mulheres brasileiras a partir da indissociabilidade de classe, gênero e raça é necessário olhar para o sistema educativo nessa perspectiva, pois, diante da escassez da mulher na apropriação da educação formal já era exuberante, mesmo pertencendo a classe dominante, desse modo o avanço ocorreu de maneira prolongada, ainda assim, visando uma lógica inata da mulher dócil-materna-doméstica.

É possível perceber que mesmo com a formalização da laicidade no sistema de ensino, ainda assim, deparava-se com um ponto contraditório no pensamento educacional em relação à Igreja, como, ainda sim, sendo a principal referência de ensino, pois com um regime laico muito recente, necessitava-se de sujeitos que pudessem exercer a docência de modo qualificado, as mulheres, nesse contexto precisavam dar continuidade aos estudos, no entanto, quem assume o nível secundário são as próprias escolas religiosas, que interferem diretamente no processo da ideia de raça e profissionalizante da mulher branca pertencente a elite e, conforme análise de Saffioti (2013, p. 305):

Ora, nestas condições de concorrência imperfeita em que a Igreja levava extraordinárias vantagens, a mulher, elemento heterônimo econômico, social e culturalmente, formaria os grandes contingentes discipulares dos colégios religiosos que, por não serem gratuitos, marginalizavam do processo educacional amplas camadas da população nacional, repercutindo, pois, seriamente, na instrução feminina. Dada à insuficiência quantitativa das escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos constitui sério obstáculo à profissionalização feminina.



Com isso, torna-se interessante para a Igreja, organizar partes importantes da trajetória de ensino, tendo em vista a importância para uma lógica de dominação construída pela Igreja e, para isso, se faz necessária a consolidação de construções sociais (gênero, sexualidade, classe e raça) baseada no pensamento católico-cristão. Conforme Cury (2000, p. 71) “[...] as relações de dominação, tornadas principais no conjunto das relações de produção, tentam colocar a coesão acima da contradição. Para isso, faz-se uso de uma pedagogia persuasiva”. Porque, refletir-se enquanto uma coerência persuasiva, as relações de dominação, seja econômico, moral ou social, necessitam de falsa impressão de domínio, por parte de quem está sendo dominado, o uso da formação educativa, aparentemente exerce uma relação de poder mais dócil e mais efetivo a longo prazo, do que até mesmo o uso da força e da violência. Foi atraente, para os poderes dominantes, como a Igreja, entender que a educação persuasiva traria resultados condizentes ao modo exploratório de viver, instaurado nesse contexto.

Nesse sentido, a formação da mulher nos aspectos cristão em concomitância ao surgimento da ciência moderna, serviram como pressuposto de posição subalterna da mulher na sociedade moderna e, segundo Frederici (2017, p. 366) “A mulher [...] foi perseguida como a encarnação do “lado selvagem” da natureza de tudo aquilo que na natureza parecia desordenado, incontrolável e, portanto, antagônico ao projeto assumido pela nova ciência”. Nesse sentido, pontua-se que tanto na justificativa da divindade ou da ciência, sua condição era inferior em relação ao homem, e esses aspectos se somam quando trata-se das racialização do ser. Para que as mulheres se insiram de forma mais concreta no mundo do trabalho remunerado, o pensamento de pertencimento à atividade doméstica ainda é muito presente, dificultando a permanência em ambientes alternativos ao da vida doméstica.

Ainda pontuando a influência da Igreja, depara-se com a aparição dos Protestantes no sistema educacional, que diferentemente apresenta uma disposição maior para as mulheres no acesso educacional e cultural. O Mackenzie College, escola americana criada em 1871, trouxe proposições inéditas, mas, importante ressaltar, não se trata de uma instituição que quis emancipar as relações de gênero, mas que era interessante para os Protestantes apresentar uma proposta nesse contexto da mudança de regime, ainda que a Escola Americana as salas fossem mistas. Contudo, o impacto dos Protestantes não foi de grande incômodo para a Igreja Católica, tendo em vista toda a sua hegemonia. De acordo com Saffioti (2013, p.307) “[...] o aparecimento de colégios protestantes apenas perturbou levemente o cenário do fim do Império e inícios da República, não ameaçando, de fato, seriamente, o tradicional educacional mantido pela Igreja católica”. Desse modo, a



participação das mulheres nas ações públicas era escassa, até o final da 1ª República (1930).

Destaca-se, enquanto aspecto importante no desenvolvimento do capitalismo global, a reprodução feminina enquanto prática produtiva. De acordo com Federici (2017) no processo de desvalorização do trabalho feminino, negou-se o controle sobre seus corpos, transferindo o poder ao Estado, forçando a maternidade enquanto condição de trabalho forçado. Definindo o que era “trabalho doméstico” dessa forma, não ocorria remuneração, enquanto exercida pelos homens, considerava-se trabalho produtivo e remunerado.

Na expectativa de que o espaço educacional que, diga-se de passagem, propõe a valorização da ciência, as normativas relacionadas à condição inata da mulher seriam tratadas de forma diferente, entretanto, o período Brasil Imperial deixou diversas práticas de herança, no sentido de como deveria ou não ser a mulher brasileira. Sendo assim, previsivelmente foram encaminhadas para cursos superiores de pouca valorização, até podiam inserir-se no ensino superior, no entanto, em um espaço de construção do conhecimento, reforçava-se a ideia da condição natural ou da atribuição da mulher em determinados locais e funções.

Conforme os estudos de Saffioti (2013, p.310) “A maior concentração feminina nesses ramos de ensino, notadamente no ramo farmacêutico, encontra explicações no processo de desvalorização social sofrido pela profissão de farmacêutico”. Mesmo os outros cursos mais realizados pelo gênero feminino serem Medicina e Odontologia, os números em relação aos homens, são absurdamente extremos Saffioti (2013) apresenta um registro do Ensino Superior geral do Brasil em 1929 onde, exibe o número de matriculados e concluintes, separados por gênero, aponta-se a Medicina como o segundo curso que mais marca a inserção das mulheres. Dessa forma, aponta-se 5.787 homens matriculados e somente 609 concluíram o curso de Medicina, enquanto as mulheres, retratam 72 matriculadas e apenas 4 concluintes. Um fenômeno interessante, é que a desvalorização de determinadas ciências, eram medidas pela falta de procura do gênero masculino.

Em 1920, houve uma grande mudança na reorganização do ensino. Com a mudança no ensino superior no Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931 e no ensino secundário pelo Decreto n. 19.890. Esses sistemas dividem-se em duas partes, que atualmente pode-se situar como a educação fundamental na primeira parte e a segunda, a fim de prover para áreas profissionais. Saffioti (2013) destaca tal mudança, de forma importante para ampliação da escolarização das mulheres. As mulheres no período republicano se inseriram muito nos cursos de Pedagogia, justamente para formar bons docentes para o magistério. De certa



forma, já havia uma predisposição para atuarem no campo docente conforme análise de Saffioti (2013):

[...] já estaria nitidamente traçada a tendência a impelir a mulher, elemento predominante das escolas normais, à realização de cursos superiores que a encaminhariam aos magistérios nas escolas do grau médio. Dada a formação recebida pelos normalistas, a preferência pelos cursos de Pedagogia seria muito pronunciada, mesmo porque estes vinham concretizar - em termos um pouco diversos, é verdade - uma velha aspiração de criar-se uma Escola Normal Superior destinada a formar pessoal qualificado para o exercício do magistério de grau médio. (SAFFIOTI, 2013, p. 322)

Dessa maneira, o período republicano deu um alavanque relevante na educação, e com isso, todo processo histórico das mulheres que em sua trajetória mantiveram suas gerações livres, tiveram a oportunidade de ascenderam socialmente e economicamente, sendo um dos meios o acesso à educação escolarizada.

No entanto, a cultura das mulheres em relação a construir suas vidas com base no casamento e, na maternidade, ainda era muito forte, repara-se nas escolhas da geração que cresceu nesse contexto, onde a maioria das escolhas eram voltadas para o espaço doméstico e privado Saffioti (2013, p. 328). “A perspectiva do casamento, valor social superior à carreira profissional, e o namoro precoce operam como fatores limitativos da qualificação da força de trabalho feminina [...]”. Se faz necessário perceber o avanço, ainda que muito pequeno em relação ao gênero, contudo, quando filtra-se para ótica racial e de classe, os registros são quase inexistentes, ainda mais com a cultura do incentivo intelectual e profissional, eram voltados para os homens da elite brasileira, que ocupavam espaços educacionais e de valor social.

Por fim, as relações sociais dividem-se em torno da hierarquia de gênero, classe e raça. Esses elementos são frutos de construções sociais que influenciam na estrutura social, até a contemporaneidade. Quando se aponta as mudanças nas relações de gênero, classe e raça no Brasil e no mundo globalizado necessita-se pontuar mudanças nos aspectos culturais, na estrutura geracional e nos formatos familiares.

Durante o século XIX e XX o formato familiar que prevalecia era a família nuclear, ou seja, casais heterossexuais que possuem filhas e filhos. De acordo com Hobsbawm (1997, p.2) “A ideia de que a família nuclear, que se tornou modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX”. No entanto, percebe-se que a família nuclear atende a um modelo branco, burguês e heterossexual, pois durante esse mesmo período, 58% das famílias negras nos EUA tinha como chefes do lar uma mulher sozinha, de acordo com Hobsbawm (1997). Por isso, questiona-se o padrão reproduzido, ou seja, se ele foi constituído na ótica



eurocentrada. Desse modo, durante o período da Revolução Cultural, conforme analisa Hobsbawm (1997), esses padrões familiares foram se alterando, no que se refere a conduta sexual, nos papéis de gênero impostos e até mesmo quanto a legalidade do aborto, mais precisamente entre 1960 a 1980 na sociedade ocidental. De acordo com Hobsbawm:

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governavam a conduta sexual, à parceira e procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual. (HOBSBAWM, 1997, p. 3)

Interessante destacar que essas mudanças foram ocorrendo nas ações cotidianas, não ocorreram necessariamente por força de leis ou meios institucionais, mas pelo próprio questionamento das populações que não usufruíram dos modelos impostos e padronizados pelos setores dominantes. Outro ponto importante que ocorreu no século XX foram os novos comportamentos da juventude, visto a presença do divórcio e a desvalorização da família nuclear. De acordo com Hobsbawm (1997, p.4), “[...] divórcio, nascimento ilegítimos e o aumento de familiar com um só dos pais [...] indicavam uma crise na relação entre os sexos e o aumento de uma cultura juvenil específica”. Esses fenômenos principalmente na mudança da estrutura familiar se ampliam na perspectiva de gênero, nas formações da comunidade negra, as mulheres já chefiavam seus lares, estando solteiras ou não.

Desse modo, é necessário pontuar que as modificações culturais tiveram grande influência dos EUA, devido a sua hegemonia cultural, argumentos esses baseadas no liberalismo e no direito individual que chegou em todos essas camadas sociais, para Hobsbawm (1997. p.13) “[...] a influência da ultra individualista jurisprudência americana encorajaram essa retórica”. E não só encorajaram, como se consolidaram em grande parte do mundo, sobretudo naqueles países que sofreram a colonização liberal, violenta e ultra individualista do Continente Europeu, lida enquanto modelo universal e ideal do “homem”.

Considerações finais

O intuito do trabalho apresentado foi refletir sobre alguns aspectos constitutivos sobre a socialização e educação das mulheres brasileiras a partir da indissociabilidade



classe, raça e gênero, como: a feminilidade, a educação escolar, as relações raciais e de classe, a influência do cristianismo na construção do gênero e da raça, no período colonial, imperial e na primeira república. Num primeiro momento foram apresentados os modelos sociais, econômicos, educativos e políticos que influenciaram direta e indiretamente a vida das mulheres, até o presente momento. Pontua-se a trajetória das mulheres enquanto sujeitos protagonistas de suas lutas, organizações e conquistas, descolado do mito da salvação civilizatória pregada na epistemologia eurocêntrica e neoliberal criada a partir da invasão dos europeus na América.

A partir dos problemas postos em relação ao processo escolar e social das mulheres, é notório o descompasso na concepção posta de igualdade e de sociedade justa, pois, as articulações realizadas em todo processo histórico-político-cultural foi pensado a partir do eurocentrismo. Diante disso, percebe-se o caminhar da sociedade brasileira diante do rompimento ou não, dos mecanismos de poder, tendo em vista a reorganização dos sistemas de controle que se instauram minuciosamente nas sociedades contemporâneas.

Projeta-se a racionalidade a partir das produções epistêmicas endógenas. Para que o centro do conhecimento se direcione para as produções brasileiras e latino-americanas e não mais, a partir da modernidade eurocêntrica.

Nesse aspecto, o acesso a direitos de todos os brasileiros e brasileira não se deu da mesma forma, tendo em vista o processo de constituição do Brasil fundado na colonialidade do poder e na sobrevivência de pactos coloniais não superados, pois, o sistema de desigualdades raciais e sociais no Brasil se maquam em uma suposta democracia pregada na modernidade. E, nesse sentido, a educação tenta promover uma sociedade mais justa e igualitária, diante disso não existirá sociedade igual, onde, mais uma vez, a narrativa no corpo da liberdade, é o mesmo do corpo da privação.

Referências Bibliográficas

ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. **Revista Cult**, São Paulo, p. s/p novembro de 2017. Disponível em: Acesso em 16 de novembro de 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. As categorias. In: Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2000.



DAVIS, Ângela. Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. 2016. p. 65-87. São Paulo.

DAVIS, Ângela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. 2016, p. 25-49. São Paulo.

DAVIS, Ângela. O sufrágio feminino na virada do século: a crescente influência do racismo. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. 2016. p. 127-142. São Paulo.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante (p 286-374). São Paulo, 2017.

HOBSBAWM, Ericq. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. reimp. Translation of Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KONKEL, Eliane Nilsen; CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. A condição social e educacional das mulheres no Brasil Colonial e Imperial. **Roteiro**, v. 30, n. 1, p. 35-59, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Dana. **O que é Heteronormatividade?** Conversa Cult. s/p março de 2016. Acesso e 29 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Matheus Alencar Fernandes et al. **Aprendendo com ritmos africanos: estratégia pedagógica para o ensino de história e cultura africana e de suas diásporas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Acesso em: 21 de abril de 2021 <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5358>

PALMARES, Fundação cultural. **Diáspora Africana, você sabe o que é?** Site da Fundação Cultural Palmares. <<http://www.palmares.gov.br/?p=53464>> Acesso em: 25 de fev de 2021.

RIBEIRO, Djamila. Cultura do estupro: o que a miscigenação tem a ver com isso?. **Revista Carta O Capital**, p. s/p junho de 2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cultura-do-estupro-o-que-amiscigenacao-tem-a-ver-com-isso/> Acesso em 29 de novembro de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.